

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA NO CONTROLE DA DENGUE – FORMANDO MULTIPLICADORES AMBIENTAIS NO DISTRITO SANITÁRIO NOROESTE GOIÂNIA GOIÁS

Simone Aparecida de Paiva

Faculdade de Tecnologia SENAC Goiás

Graduanda do curso de Gestão Ambiental

Sônia Cristina Santiago da Silva; Suleima Vieira Lima

Email do Autor Principal: simoneapaiva@hotmail.com

RESUMO

No decorrer dos anos as epidemias de dengue no Brasil vem se tornando um problema de saúde pública, proporcionando, dessa forma, uma ocorrência significativa de óbitos que gera um desequilíbrio social e econômico aos cofres públicos e a população. As intervenções sobre o aspecto vetorial (combate ao *Aedes aegypti*) são em sua maioria de difícil implantação, por seu caráter de atuação global, que supera o setor de saúde. Portanto este artigo tem por objetivo promover ações integradas de Educação Ambiental, Educação em Saúde e Vigilância em Saúde nos trabalhos exercidos de combate a dengue pelos Agentes de Saúde do Distrito Sanitário Noroeste Goiânia (GO). Visto que os trabalhos realizados de combate ao mosquito da dengue baseavam-se apenas em informações sobre o contágio e as formas de prevenção da doença, o Ministério da Saúde institucionalizou o Programa Nacional de Combate a Dengue (PNCD) permitindo que trabalhos de educação em saúde fossem colocados em prática para que viabilizasse uma maior interação da comunidade escolar em relação à dengue.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental, Educação em saúde, Dengue

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a ocorrência de grandes epidemias de dengue nos maiores centros urbanos do Brasil vem se tornando um problema de saúde pública, proporcionando, dessa forma uma ocorrência significativa de óbitos e gerando desequilíbrio social e econômico aos cofres públicos e a população.

As intervenções sobre o aspecto vetorial (combate ao *Aedes aegypti*) são em sua maioria de difícil implantação, por seu caráter de atuação global, que supera o setor de saúde. São de responsabilidade de gestores de saúde local promover ações que possam ser capazes de produzir mudanças no quadro atual com a redução de letalidade dos casos de dengue por complicações ou de febre hemorrágica da dengue.

A Dengue é uma doença infecciosa com um quadro epidemiológico que se caracteriza pela ampla distribuição do mosquito *Aedes aegypti* em todas as regiões do país, com uma circulação simultânea de três sorotipos virais como: dengue tipo 1 (DENV1), dengue tipo 2 (DENV2), dengue tipo 3 (DENV3) e com uma vulnerabilidade para o sorotipo dengue tipo 4 (DENV4) (Ministério da Saúde, 2009).

As mudanças em relação ao controle vetorial da dengue se tornam indispensáveis para que os processos de educação sejam efetivos de maneira a promover a Educação Ambiental para a formação da consciência do homem, bem como uma mudança de comportamento para com o meio ambiente.

Baseado nas definições do PRONEA (2005) para as práticas da educação ambiental não-formal que afirma:

Que a educação não-formal são as práticas educativas voltadas para a sensibilização da coletividade sobre questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente (LEI Nº 9795, art.13).

Neste contexto, a educação ambiental vem se tornando essencial na promoção à saúde, sendo realizadas ações efetivas em todas as regiões com grande incidência de casos da dengue com intensificação de campanhas de

informação, educação, mobilização e comunicação, tendo como principais atividades promover a participação comunitária, com o objetivo de eliminar os possíveis criadouros do mosquito *Aedes Aegypti*, contribuindo também para a melhoria da qualidade ambiental.

São práticas que podem ser executadas em parceria com os Agentes de Combate as Endemias (ACE), por meio da aplicação de metodologias de educação ambiental não-formal, divulgar as novas possibilidades do envolvimento da comunidade na melhoria da qualidade ambiental e possibilitar que esses métodos sejam benéficos para questões que envolvam o meio ambiente, influenciando diretamente no ciclo entomológico¹ da dengue.

O estudo foi realizado na região noroeste de Goiânia tendo com base o Distrito Sanitário Noroeste, que atua no Programa de Controle da Dengue, realizando trabalhos de prevenção, orientação, tratamento e eliminando possíveis criadouros do mosquito transmissor.

O objetivo é identificar e planejar ações que envolvam os agentes de combate as endemias na construção de uma consciência ambiental, pois atuam junto à comunidade e assim, demonstrar que o impacto negativo do homem sobre o meio ambiente contribui para o aumento dos índices da doença, já que a maioria dos criadouros está associada a materiais descartáveis e mal armazenados.

A proposta foi apresentada e aplicada no Distrito Sanitário Noroeste de Goiânia GO, aos Agentes de Endemias, sob a temática “Educação Ambiental como Ferramenta no Controle da Dengue - Formando Multiplicadores Ambientais, no Distrito Sanitário Noroeste Goiânia Go”.

O intuito dela é formar os Agentes de Endemias para que se tornem multiplicadores ambientais, contribuindo no desenvolvimento da comunidade, permitindo uma visão mais crítica de suas ações antrópicas.

A aplicação do estudo foi de total importância para o crescimento da formação profissional dos agentes de endemias que expandiu suas atribuições no que diz respeito a sua funcionalidade para com a sociedade.

Sabe-se que um dos projetos de maior envolvimento dos agentes de endemias proporcionado pelo Ministério da Saúde em parceria com os meios de comunicação foi o projeto chamado “Limpa Brasil”, que tinha como objetivo envolver a população para que em dois dias retirassem das ruas e do interior dos domicílios todo e qualquer tipo de resíduo que pudesse ser reciclado.

É apresentado no artigo proposto, para comprovar a efetividade das ações ambientais, um breve referencial teórico que define as diretrizes a serem trabalhadas para que o desenvolvimento e a aplicação do estudo sejam evidenciados, proporcionando resultados efetivos que possam viabilizar uma mudança de comportamento e colaborar com na formação da consciência do homem, relacionando a Educação Ambiental ao Programa Nacional de Combate a Dengue (PNCD).

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

¹ Pesquisa de campo feita em uma determinada área para identificar problemas de saúde das pessoas que ali vivem

Em Goiânia os trabalhos de combate a dengue estão distribuídos por Distrito Sanitário, sendo ao todo sete distritos, Sul, Norte, Leste, Oeste, Noroeste, Sudoeste e Campinas-centro. Estes distritos atuam junto à comunidade, com objetivo de conter a infestação do mosquito *Aedes aegypti*. O objeto de estudo é o Distrito Sanitário Noroeste que está localizado na Região Noroeste de Goiânia (Go).

Através de dados obtidos no Distrito Noroeste sabe-se que a região noroeste possui 52 bairros, 22 unidades de saúde, sendo 19 unidades para o Programa de Saúde da Família. Possui 12 colégios estaduais, 22 escolas municipais, são 16 CMEIS (Centro Municipal de Educação Infantil), 3 associações de idosos, 80 pontos estratégicos que atuam com reciclados, 4 cadastrados na coleta seletiva de Goiânia. A imagem do local a ser aplicada a proposta da EA segue na Figura 1



Figura 1: localização do Distrito Sanitário Noroeste. Fonte: Google eart

O estudo foi elaborado no Distrito Sanitário Noroeste que está situado a Avenida do Povo Quadra 81A APM Jardim Liberdade Goiânia GO. O distrito é responsável por toda a região noroeste, sendo 83 agentes em trabalho de campo, 7 para bloqueio (conter com inseticida a proliferação do mosquito), atendimento de denuncia e pontos estratégicos (PE: depósitos de material reciclável, ferros velhos, oficinas mecânicas, borracharias etc) e 7 supervisores. Figura 2.



Figura 2: Distrito Sanitário Noroeste. Fonte: Lima; Paiva; Silva

Conforme o Programa Nacional de Combate a Dengue (PNCD) as atribuições dos Agentes de Endemias é atuar junto a comunidade adentrando nos seus respectivos domicílios, a fim de informar, orientar e promover ações de mobilização para a prevenção e controle da dengue.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Saúde e meio ambiente estão interligados, visto que um interfere no outro e as inclusões devem proceder de forma que se obtenha uma interação da comunidade em ações que permitam que a EA seja atuante no desenvolvimento sustentável, possibilitando que os programas de prevenção as doenças endêmicas e às epidemias sejam executados com maior eficiência. Garantindo os direitos do cidadão a um ambiente ecologicamente equilibrado e o direito a saúde, instituído no art. 196

A saúde é um direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 2008 p.127).

Para Amaral (2008) a educação a exemplo da saúde é direito de todos os cidadãos e dever do estado, para tanto o Estado constitui o Sistema Único de Saúde (SUS), que segundo a Portaria nº 198, de 13 de fevereiro de 2004; Portaria nº 1.829, de 2 de setembro de 2004 institui a Formação de Facilitadores de Educação Permanente em Saúde que são cidadãos envolvidos com o SUS nos âmbitos da gestão, educação, atenção ou controle social. São pessoas que ajudam a impulsionar a educação permanente em saúde (AMARAL, 2008).

Amaral (2008) ressalta ainda que faz-se necessário que as municipalidades revejam antigos conceitos de que educação ambiental é parte única e exclusiva da proteção dos recursos ambientais, ou seja, que a EA deve ser atendida em seus temas transversais. Um dos exemplos dessa transversalidade diz respeito à saúde.

Segundo o Programa Nacional de Combate a Dengue (PNCD, 2002) as atuações integradas de educação em saúde tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de ações educativas para uma mudança de comportamento e a adoção de práticas para a manutenção do ambiente domiciliar preservado da infestação por *Aedes aegypti*, observadas a sazonalidade da doença e as realidades locais quanto aos principais criadouros.

As orientações que dispõe no capítulo 36 da Agenda 21 que trata da Promoção de Educação, Conscientização Pública e Treinamentos são fundamentais para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da educação ambiental. Neste mesmo contexto é importante ressaltar que o ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável para aumentar a capacidade da comunidade em abordar questões do meio ambiente, que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão, associar em todas as disciplinas e empregar métodos da educação formal e não-formal e meios efetivos de comunicação.

A possibilidade de adotar estratégias capacitadoras e facilitadoras que promovam a participação nas ações destinadas a atender suas próprias necessidades e capacitar pessoal baseado na comunidade para a área de saúde e para as áreas a ela relacionadas, para que este pessoal tenha condições de assumir um papel ativo na educação sanitária da comunidade (AGENDA 21, 2003).

O Conselho Nacional de Saúde estabelece que as populações, sobretudo de nível municipal, deverão ser munidas de conhecimento atualizado, ágil e adequado referente à saúde ambiental², por intermédio da educação formal e não-formal, mediante a utilização de meios e atividades capazes de promover hábitos e atitudes que cogitem positivamente na saúde da comunidade (BRASIL, 2007).

Seguindo os preceitos relacionados à EA não-formal, as atividades direcionadas ao controle da dengue estão dentro dos padrões para tornar possível que os agentes de endemias sejam reconhecidos como educadores ambientais. Considerando que os Agentes de Controle de Endemias - ACEs desempenham papéis significativos, pois atuam diretamente com a comunidade, desenvolvendo o trabalho de orientação sobre as formas adequadas do armazenamento dos resíduos sólidos, para com isso impedir o aumento de criadouros do mosquito da dengue. Portanto, as atividades educativas vêm se tornar cada vez mais necessárias no engajamento

² Segundo o Ministério da Saúde (2007) o conceito de Saúde Ambiental é o processo que se dá em prol da promoção e da proteção à saúde dos cidadãos, cuja expressão material concretiza-se na busca do direito universal a saúde e de um ambiente ecologicamente equilibrado.

da população na eliminação destes criadouros, visto que grande parte dos mesmos se encontram no interior dos domicílios. Segundo Dias

A educação Ambiental é considerada um processo permanente pelo qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros. (DIAS, 2004 p.148):

A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) estabelece que a Educação Ambiental deve ser oferecida em todos os níveis de ensino e em programas específicos direcionados à comunidade visando a preparação de todos os cidadãos para uma efetiva participação na defesa do meio Ambiente (BRASIL, 2008 p. 795).

Conforme Brasil (2008, p.10), vê-se a promoção da saúde como um processo de educação permanente de todos os envolvidos para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo maior participação no controle deste processo, promover a saúde bem como promover a EA para que seja destinada uma visão maior da importância de um meio ambiente mais equilibrado e ecologicamente correto para a sociedade.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho trata-se de um estudo diagnóstico, apresentado à unidade curricular Projeto Integrador do 3º Módulo do Curso de Gestão Ambiental da Faculdade de Tecnologia SENAC Goiás como requisito parcial de aprovação sobre a temática geral da educação ambiental.

O estudo teve caráter exploratório e descritivo, tendo sido apoiado em breve uma pesquisa bibliográfica e operacionalizado a partir de uma pesquisa de campo para coleta de dados.

O presente artigo vem apresentar a necessidade de melhor qualificação dos profissionais da área no Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental- DVSA, órgão municipal de Goiânia, Goiás, que tem uma organização estratégica dividida por distritos. O estudo foi realizado no Distrito Sanitário Noroeste, visto que pretende relatar a necessidade da EA inserida nos programas de Controle da Dengue.

No dia dezesseis de setembro de dois mil e onze às dez horas da manhã, no auditório do Posto de Saúde da Vila Mutirão Goiânia GO, foi realizada a aplicação do artigo onde foram realizadas palestras e vídeos com intuito de esclarecer o que é EA e suas funcionalidades, abrangendo um público de 30 agentes de endemias (Figura 3).



Figura3:Aplicação do artigo no posto de saúde Vila Mutirão.Fonte:Lima;Paiva;Silva

Houve apresentações expositivas com recursos áudio visuais, como *data show*, *slides* e dois vídeos, que informavam a importância da educação ambiental destacando meio ambiente e saúde e dois questionários com

métodos quantitativos e qualitativos,(conforme apêndices, A e B) utilizados como avaliação para coleta de dados desenvolvida pelos proponentes,aplicado no primeiro momento antes da palestra e outro ao final da palestra,a fim de obter uma melhor concepção do publico alvo.



**Figura4:apresentação
expositiva.Fonte:Lima;Paiva;Silva**



**Figura5:aplicação do
questionário.Fonte:Lima;Paiva;Silva**

Philippi Jr. e Pellicioni (2005) relacionam a necessidade de uma visão mais abrangente para o profissional da educação ambiental,sendo esclarecedor estabelecer a relação existente entre saúde pública e epidemiologia e admitir o papel da ultima como geradora de consciência crítica,ressaltando que o papel do agente de endemias é fundamental para uma a educação ambiental não-formal, pois este está presente na comunicação com a comunidade.

5 RESULTADOS

Na palestra oferecida,houve a aplicação de questionários a fim de coletar dados que auxiliem os proponentes à alcançar uma visão do conhecimento dos agentes de endemias em relação à Educação Ambiental.No primeiro momento,o questionário aplicado contemplava oito perguntas e no segundo momento, sete perguntas mais especificas da área,ambas com questões abertas e fechadas.No primeiro momento,foram obtidas informações,através da aplicação de questionários.

No momento obtivemos a participação de trinta profissionais e verificou-se através de observação *in loco*,que a maioria dos envolvidos durante a palestra apresentam tempo de serviço significativo em relação ao combate à dengue,conforme explanação dos mesmos.Desse total de participantes,73% são do sexo feminino e 27% do sexo masculino,conforme gráfico 1.

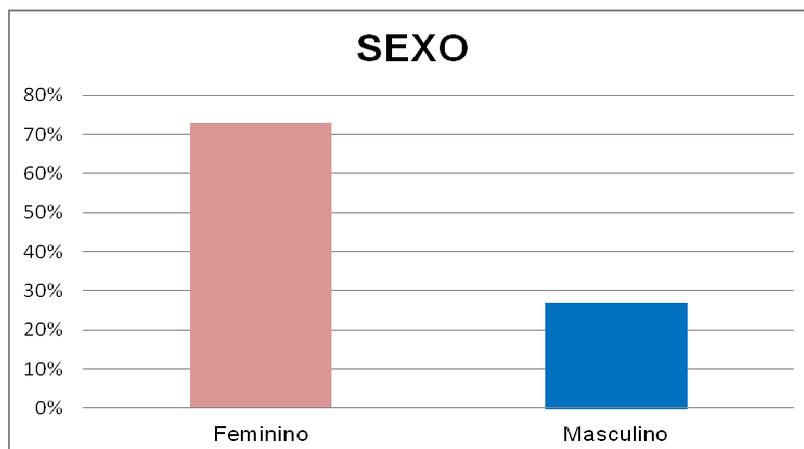


Grafico1: Demonstração do tipo de público presente no local. Fonte: Lima; Paiva; Silva

Essa situação demonstra que o público feminino representa a maior parte dos envolvidos.

Com base nas perguntas abertas presentes no questionário 1, traz informações referentes ao que se entende por meio ambiente. Percebeu-se através de respostas subjetivas, que a maioria do público envolvido entende que o meio ambiente é o local em que os seres estão inseridos e tudo aquilo que a natureza é capaz de proporcionar para a sobrevivência deles.

Constatou-se que a maior parte dos agentes envolvidos tem percepção da conceituação Meio Ambiente. Neste contexto, é preciso considerar que meio ambiente e natureza apresentam conceitos distintos. A Natureza é aquele lugar intocado pela ação humana, enquanto o Meio Ambiente é ação do que foi transformado ou modificado pela ação humana. Isso demonstra que apesar dos profissionais trabalharem diretamente com Educação Ambiental eles não dominam os conceitos referenciados às questões ambientais.

No segundo momento, após a execução da palestra sobre princípios de Educação Ambiental, ocorreu a aplicação do segundo questionário. Percebeu-se, que os participantes entendem que a dengue está correlacionada às questões ambientais, pois muitos referem-se que a maioria dos resíduos dispostos no ambiente são constituídos de materiais recicláveis e que estão acondicionados de forma incorreta proporcionando, dessa forma, um criatório ideal para a proliferação do mosquito da dengue.

Já as questões 4 e 5 retratam que as ações desenvolvidas em campo são ações de Educação Ambiental, pois serve de base para promover o mesmo. Estes resultados demonstram a importância deste artigo que envolve a Educação Ambiental, Educação em Saúde e Vigilância em Saúde, evidenciando a Dengue, que está diretamente relacionada às atividades desenvolvidas pelos Agentes de Endemias e conforme referido anteriormente os mesmos tem noção de que suas atividades exercidas são de suma importância para a comunidade e que a EA é essencial para a prevenção das doenças endêmicas.

6 CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES

Compreendendo o papel transformador da Educação Ambiental, propõem-se que as mudanças de comportamento e de atitude sejam efetivas em todas as esferas públicas, privadas e da própria população, contribuindo para que as atividades exercidas pelos agentes de endemias não se restrinja somente aos casos de dengue, mas sim a uma conjectura educacional com a formação de educadores ambientais, a fim de promover a consciência da comunidade em relação ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Para tanto é preciso formar e capacitar os Agentes de Endemias em programas que viabilize a execução de processos que incluam o PRONEA ao PNCD.

REFERENCIAS

1. Amaral, Wlamir. A educação Ambiental e Consciência da Solidariedade da Consciência Ambiental. Revista internacional de direito e cidadania, n.2,p.207/216, outubro,2008
2. Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (AGENDA 21), 3º edição (2003)
3. Coletânea de Legislação de Direito Ambiental (BRASIL). Constituição Federal/ organização Odete Meduar – 7. Ed.re., atual. E ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
4. Dias, Genebaldo Freire. Educação Ambiental, Princípios e Práticas, 2004 9º edição
5. Phillipe,Arlindo Jr.;Pelicione,Maria Cecilia Forcesi.Educação Ambiental e Sustentabilidade. Editores Barueri,SP: Manole,2005
6. Ministério da Saúde (BRASIL). Conselho Nacional de Saúde. Subsídios Para a Construção da Política Nacional de Saúde Ambiental/ Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.
7. Ministério da Saúde. Ações e Programas de Combate a Dengue, 2009. Disponível via internet: <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/342/acoes-e-programas.html>. Data 25/09/2011
8. Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) 2005. Disponível via internet: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>. Data 03/10/2011
9. Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD) 2002. Disponível via internet: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=21389. Data 25/09/2011